

Ventos do Litoral Energia S/A

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Litoral Energia S/A

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos do Litoral Energia S/A (“Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ventos do Litoral Energia S/A em 31 dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 10 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS


Ricardo Schenk Duque
Contador
CRC nº. 1 RS 060571/O-0

VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.614	24.562	Fornecedores	10	290	156
Contas a receber de clientes	6	5.504	8.657	Contas a pagar	12	473	6.807
Despesas antecipadas		209	234	Financiamentos	11	11.351	12.421
Impostos a recuperar		-	4	Impostos a recolher		301	245
Adiantamento a fornecedores		36	38	Provisão IRPJ e CSLL	8	524	361
		<u>26.363</u>	<u>33.495</u>	Partes relacionadas	20	735	663
				Outras obrigações		152	92
				Arrendamentos	14	13	5
				Dividendos a pagar		6.449	5.856
						<u>20.288</u>	<u>26.606</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	7	5.403	5.267	Financiamentos	11	64.487	73.604
Contas a receber de clientes	6	1.950	698	Contas a pagar	12	2.673	-
Outros Créditos		16	16	Dividendos a pagar	20	-	-
Arrendamentos	14	148	142	Arrendamentos	14	165	163
Imobilizado	9	175.210	184.079	Provisão para Desmobilização	9.3	1.982	2.867
		<u>182.727</u>	<u>190.202</u>			69.307	76.634
				Total do Passivo		<u>89.595</u>	<u>103.240</u>
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	15	102.901	102.901
				Reservas de lucro	15	16.594	17.556
				Total do patrimônio líquido		119.495	120.457
TOTAL		<u>209.090</u>	<u>223.697</u>	TOTAL		<u>209.090</u>	<u>223.697</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Operacional Líquida	16	40.352	38.861
Custo da Operação	18	(18.760)	(17.885)
LUCRO BRUTO		<u>21.592</u>	<u>20.976</u>
Despesas / Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	18	(1.564)	(1.295)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		<u>20.028</u>	<u>19.681</u>
Receitas financeiras	19	1.056	443
Despesas financeiras	19	(5.813)	(6.379)
Variação cambial, líquida		-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>15.271</u>	<u>13.745</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	8	(1.693)	(1.417)
Lucro Líquido do Exercício		<u>13.578</u>	<u>12.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro Líquido do Exercício	13.578	12.328
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	<u>13.578</u>	<u>12.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucro		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Especial		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		102.901	1.704	9.380	-	113.985
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.328	12.328
Constituição de reserva legal		-	616	-	(616)	-
Destinação de dividendos		-	-	-	(5.856)	(5.856)
Constituição de reserva especial		-	-	5.856	(5.856)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		102.901	2.320	15.236	-	120.457
Lucro líquido do exercício	15	-	-	-	13.578	13.578
Constituição de reserva legal	15	-	679	-	(679)	-
Destinação de dividendos	15	-	-	-	(6.449)	(6.449)
Distribuição de Dividendos	15	-	-	(8.091)	-	(8.091)
Constituição de reserva especial	15	-	-	6.450	(6.450)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		102.901	2.999	13.595	-	119.495

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		13.578	12.328
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	8	1.693	1.417
Juros sobre a dívida	19	5.648	6.098
Rendimento de aplicações financeiras vinculadas		-	(128)
Despesas Financeiras com Desmobilização	19	62	52
Despesas Finan. Arrendamentos	19	18	16
Depreciação Arrendamento	14	6	7
Amortização Desmobilização	9	120	92
Depreciação e amortização	9	8.165	8.125
		<u>29.290</u>	<u>28.007</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		1.901	(1.397)
Outros Créditos		2	(36)
Impostos a recuperar		4	-
Despesas antecipadas		25	(71)
Fornecedores		133	(13)
Contas a pagar		(3.661)	(335)
Impostos a recolher		(90)	(173)
Partes Relacionadas		72	63
Outras obrigações		60	(10)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>27.736</u>	<u>26.035</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(1.384)	(1.407)
Pagamento de juros	11	(5.654)	(3.047)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>20.698</u>	<u>21.581</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	9	(362)	(58)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento		<u>(362)</u>	<u>(58)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de financiamentos	11	(10.181)	(4.830)
Pagamento de Arrendamentos	14	(20)	(19)
Pagamento de dividendos	15	(13.947)	-
Aplicações financeiras vinculadas		(136)	154
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(24.284)</u>	<u>(4.695)</u>
Redução (aumento) líquido no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		<u>(3.948)</u>	<u>16.828</u>
Demonstração do Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		24.562	7.734
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		20.614	24.562

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

VENTOS DO LITORAL ENERGIA S.A

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto o valor nominal das ações)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Litoral Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, constituída em 27 de janeiro de 2010.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Norte 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiária da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda. (a)	82.320.800	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE - G	10.290.100	10%
Wobben Windpower Ind.e Comércio Ltda.	10.290.100	10%
	<u>102.901.000</u>	<u>100%</u>

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Resumo das habilitações e contratos que norteiam as operações da Companhia:

Habilitação	Contratos	Local de Geração: Município de Osório/RS
Leilão de Energia de Reserva n. 003/2009 da ANEEL	Contrato de Energia de Reserva (CER) nº 040/09, datado de 25 de agosto de 2010 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.	Parque Eólico Osório 2, composto por 12 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 19/12/2012.
Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Energia n. 007/2010 da ANEEL	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) nº 08433/10, datado de 28 de julho de 2011 com a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.	Parque Eólico Osório 3, composto por 13 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação comercial em 15/02/2013.

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO 505/ 2020-DL, concedida através do processo administrativo n. 1198-05.67 / 18.7, emitida em 21/02/2014, fica Prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação da FEPAM no processo 1198-05.67 / 18.7. A situação atualizada do Empreendimento poderá ser consultada no site ww3.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a portaria n.º 583 e 125, de 17 junho de 2010 e 23 de fevereiro de 2011, autorizando a Companhia como produtor Independente de Energia Elétrica Denominada Osório 2 e Osório 3, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 21.06.2010, seção 1, p.145 v. 147, n.116, 24.02.2011, seção 1, p.108 v. 148, n.39.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 6.075 em 2021 (R\$ 6.889 positivo em 2020).

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade operacional da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes referem-se a obrigações de financiamentos e que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações, conforme cronograma estabelecido no contrato de financiamento. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e entende que o fluxo de caixa gerado das atividades operacionais será suficiente para arcar com as obrigações da Companhia. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

1.3. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais impuseram restrições com o objetivo de conter a disseminação do vírus. Estas medidas foram em sua grande maioria relacionadas a imposição do distanciamento social e trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores. Na gestão da operação dos parques estão sendo adotados todos os cuidados e restrições de sanitárias estabelecidos pelas autoridades governamentais, entretanto a companhia não observou impactos relevantes causados pela pandemia em suas operações, devido à natureza do seu negócio que está atrelada ao recurso eólico, que é a fonte para a geração de energia.

Os ativos da companhia seguem em operação, apresentando uma taxa de disponibilidade superior a 99%, que indica a razão entre o tempo do ativo em funcionamento e o tempo total do período, mantendo o seu desempenho conforme o esperado, e sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei n.º 6.404/76 com alterações da Lei n.º 11.638/07 e Lei n.º 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 10 de março de 2022.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida de provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, os custos com desmontagem e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, a partir da data de homologação dos ativos, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados, limitados ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Provisão para desmobilização

As provisões para desmontagem são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nos parques de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas futuras com a desmontagem, remoção dos equipamentos e recuperação da área para o seu estado original. Esta provisão é estimada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia avalia se existem indicativos de que o valor contábil de seus ativos sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver qualquer indicativo, é efetuada uma revisão do valor recuperável para determinar se existe perdas de valore recuperável a serem registradas. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.8. Tributação

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10. Reconhecimento de receita

A receita proveniente da venda de energia gerada é registrada com base no volume gerado no período e na tarifa especificada nos contratos de fornecimento.

Os valores são faturados para os clientes de acordo com os volumes de energia contratados. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica “adiantamento de clientes” ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica “contas a receber”.

O valor registrado na rubrica “adiantamento de clientes” e “contas a receber” é devolvido ou recuperado no exercício seguinte em doze parcelas iguais ou ao final do primeiro quadriênio, conforme estabelecido em contrato.

2.11. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.11.1. Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.13. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

2.14. Contratos de arrendamento (leasing)

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor individual.

a) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

- a) Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia:
 - I. IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros;
 - II. Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes;
 - III. Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual;
 - IV. Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido;
 - V. Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato;
 - VI. Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura.
 - VII. Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis;
 - VIII. Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis.
 - IX. Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“single transaction”).

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº. 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada exercício, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13 a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 11 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº 9. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo de caixa e bancos	26	3
Aplicações financeiras	<u>20.588</u>	<u>24.559</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>20.614</u></u>	<u><u>24.562</u></u>

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui as disponibilidades em conta bancária. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a quotas Fundo Itaú Soberano Ref DI FICFI, mantido junto ao Banco Itaú S.A. avaliado pelo valor da quota na data de encerramento. O Fundo tem como meta remunerar o investimento a 95% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Aplicação Financeira

<u>Agente Financeiro</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Rentabilidade</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Banco Itaú	Soberano RF Simples Fic Master Fi	Indefinido	98,64% do CDI a.a.	12.369	22.763
Banco Santander	Renda Fixa Simples CDB	Indefinido	97% do CDI a.a.	488	6
Banco Bradesco	Autom.	Indefinido	97,75% do CDI a.a.	7.731	1.790
				<u>20.588</u>	<u>24.559</u>

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contratos firmados.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE - G	7.454	9.355
Ativo Circulante	5.504	8.657
Ativo Não Circulante (a)	1.950	698

(a) Refere-se à energia gerada acima das quantidades contratadas, conforme contratos de fornecimento com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que serão compensadas no próximo quadriênio.

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de dezembro de 2021.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto contratualmente, foram abertas duas contas-correntes vinculadas ao financiamento obtido, todas mantidas junto ao Banco Itaú S/A. As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentamos no ativo não circulante, no montante de R\$ 5.403 (R\$ 5.267 em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações financeiras vinculadas correspondem a quotas do Fundo Itaú Trustee Soberano Ref DI FICFI, conforme previsto contrato de financiamento, avaliadas de acordo com o valor da quota na data dos encerramentos. O fundo tem como meta remunerar o investimento a 95% da variação do CDI.

De acordo com o contrato de financiamento com o BNDES essas contas vinculadas deverão manter sempre recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, de 3 meses de principal e juros. Para apurar o valor deve-se considerar a primeira parcela vincenda do principal e acessório da dívida decorrente desses contratos.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social foi apurada pelo critério de Lucro Presumido que é baseado na Receita Bruta do exercício sobre a qual é aplicada a alíquota de 12 % para CSLL e 8% IRPJ. O resultado desse cálculo é acrescido das receitas financeiras e aplicada a alíquota conforme legislação vigente, como segue:

Provisão do IR e CS - Lucro Presumido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Bruta	40.522	40.331
Outras Receitas tributáveis	<u>3.356</u>	
Base de Cálculo Lucro Presumido (8% Faturamento)	3.510	3.226
Base de Cálculo Lucro Presumido (12% Faturamento)	5.265	4.840
Receitas Financeiras	<u>1074</u>	<u>443</u>
Total Base de Cálculo IRPJ	4.584	3.669
Total Base de Cálculo CSLL	6.339	5.283
IRRF à alíquota 25%	1.122	893
CSLL à alíquota 9%	571	475
Outras diferenças permanentes – líquidas	<u>0</u>	<u>49</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>1.693</u>	<u>1.417</u>

9. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado apresenta os saldos da Operação do Sistema:

	Taxas anuais de depreciação e amortização %	2021		2020	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	124	(103)	21	13
Móveis e utensílios	10%	23	(17)	6	8
Máquinas e Equipamentos	10%	1.152	(435)	717	462
Veículos	20%	55	(49)	6	17
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	90.525	(25.272)	65.253	68.253
Máquinas e equipamentos	3,33%	155.950	(48.321)	107.629	112.682
Desmobilização		<u>1.818</u>	<u>(240)</u>	<u>1.578</u>	<u>2.644</u>
		<u>249.647</u>	<u>(74.437)</u>	<u>175.210</u>	<u>184.079</u>

	Imobilizações em Andamento	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>109</u>	<u>73.778</u>	<u>117.727</u>	<u>191.614</u>
Adições	-	58	-	58
Desmobilização	-	625	-	625
Transferências	(109)	109	-	-
Amortização Desmobilização	-	(92)	-	(92)
Depreciação do exercício	-	(3.081)	(5.045)	(8.126)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>0</u>	<u>71.397</u>	<u>112.682</u>	<u>184.079</u>
Adições	234	128	-	362
Desmobilização	-	(946)	-	(946)
Transferências	(234)	234	-	-
Amortização Desmobilização	-	(120)	-	(120)
Depreciação do exercício	-	(3.112)	(5.053)	(8.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>67.581</u>	<u>107.629</u>	<u>175.210</u>

9.1. Ativos cedidos em garantia

As máquinas e equipamentos com valor residual contábil de R\$ 107.629 (R\$ 112.682 em 31 de dezembro de 2020) foram vinculados em garantia dos financiamentos (vide nota explicativa nº. 11). A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los a outra empresa.

9.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

Além disso, a Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade mínima de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos nos últimos anos são superiores ao mínimo estipulado, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

9.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão Passiva Desmobilização

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.867
Despesa Financeira	62
Atualização de Provisão	<u>(947)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.982</u>

10. FORNECEDORES

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a pagar a fornecedores	290	156

O período médio de crédito na compra de produtos é de 30 dias.

11. FINANCIAMENTOS

A posição geral dos financiamentos, considerando o circulante e não circulante, é a seguinte:

	<u>Encargos de</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
<u>Instituição financeira</u>	<u>juros (a.a.)</u>	<u>Final</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
BNDES	TJLP + 2,34%	2029	11.351	12.421	64.487	73.604

Mapa de Movimentação de Empréstimos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo Inicial	86.025	87.804
Apropriação de Juros	5.648	6.098
Amortização Principal	(10.181)	(4.830)
Amortização Juros	<u>(5.654)</u>	<u>(3.047)</u>
Saldo Final	<u>75.838</u>	<u>86.025</u>

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos financiamentos é o seguinte:

2023	10.107
2024	10.087
2025	10.068
2026	10.049
2027	10.029
2028 e 2029	14.147
Total	<u>64.487</u>

Os financiamentos representam os valores liberados pelo BNDES para efetivação do projeto dos Parques Eólicos, conforme contratos firmados em 14 de novembro de 2011, estando apresentados considerando os encargos incorridos até o encerramento de cada exercício, distribuídos em curto e longo prazo conforme o prazo de carência e de vencimento dos mesmos.

Cláusulas Restritivas

De acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNDES a Companhia está sujeita as seguintes cláusulas financeiras restritivas:

Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, diretos ou indiretos, e/ou a pessoas físicas e jurídicas integrantes do mesmo Grupo Econômico, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, inclusive sob a forma de cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital, além do mínimo legal previsto no artigo 202, parágrafo segundo, da Lei Federal nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, até 31 de dezembro de 2018, salvo se observado, cumulativamente, os itens abaixo:

- Efetuada após 31 de dezembro de 2018;
- Verificada a Conclusão do Projeto;
- Efetuada no período compreendido entre abril e dezembro do respectivo ano civil;
- Preenchida a "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e a "Conta Reserva de O&M", na forma do Contrato mencionado no Inciso I da Cláusula;
- Atingido o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), no exercício anterior, e desde que, com o pagamento, o ICSD permaneça no valor mínimo indicado no referido Inciso de 1,3;
- Comprovada a geração mínima consolidada, composta pela soma da geração mínima da central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 2 e da central geradora eólica denominada EOL OSÓRIO 3, de, no mínimo, 131.800 MW/h no período de 12 meses imediatamente anteriores

Em 31/12/2021 a Companhia seguiu cumprindo todas as cláusulas restritivas de seu contrato.

12. CONTAS A PAGAR

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contas a pagar	3.146	6.807
Passivo Circulante (a)	473	6.807
Passivo Não Circulante (b)	2.673	-

Refere-se à diferença entre os valores de energia contratada e gerada durante o exercício, ou seja, a Companhia gerou volume menor de energia que a contratada, e que, conforme previsto em contrato de venda estabelecido com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, serão compensados de duas formas:

- (a) o valor destacado no passivo circulante será compensado no próximo exercício;
- (b) o valor destacado no passivo não-circulante será compensado ao final do quadriênio.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (financiamentos detalhados na nota explicativa nº. 11, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 15.)

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Dívida (a)	75.838	86.025
Caixa, saldos de bancos e aplicações vinculadas (b)	<u>26.017</u>	<u>29.829</u>
Dívida líquida	<u>49.821</u>	<u>56.196</u>
Patrimônio líquido (c)	119.495	120.457
Índice de endividamento líquido	0,42	0,47

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº. 11.

(b) O caixa e saldos de bancos são compostos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	2021	2020
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
<u>Valor justo por meio do resultado</u>			
Caixa e Equivalente de Caixa	2	20.614	24.562
Aplicações financeiras vinculadas	2	5.403	5.267
<u>Custo Amortizado</u>		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber Geração de Energia	-	7.454	9.355
Total dos ativos financeiros		33.471	39.184
<u>Passivos Financeiros</u>			
<u>Custo amortizado</u>			
Fornecedores		290	156
Contas a pagar		3.146	6.807
Financiamentos		75.838	86.025
Partes Relacionadas e Dividendos		7.184	6.519
Outras Obrigações		152	92
Total dos passivos financeiros		86.610	99.599

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

- a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

- b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Objetivo da administração dos riscos financeiros

A Companhia busca minimizar os efeitos desses riscos na medida em que não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

13.4. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/12/2021
Passivos					
Fornecedores	290	-	-	-	290
Contas a pagar	473	-	2.673	-	3.146
Financiamentos	5.090	5.090	10.181	61.080	81.441
Partes Relacionadas e dividendos	6.449	-	-	-	6.449
Outras obrigações	152	-	-	-	152
	<u>12.454</u>	<u>5.090</u>	<u>12.854</u>	<u>61.080</u>	<u>91.478</u>

13.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de juros irão afetar o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.6. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, conseqüentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.7. Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obteve financiamentos com taxas de juros pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção, principalmente, de ativos financeiros indexados a taxas pós-fixadas.

13.8. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

13.9. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e TJLP ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis impactos. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Risco	Instrumentos	Variação de 50%
Baixa do CDI	Ativo Financeiro	
	Aplicações Financeiras:	5.403
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	9,52%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	4,76%
	Perda	(257)
		<u>(257)</u>
Alta do TJLP	Passivo Financeiro	
	Financiamento	75.838
	Taxa anual estimada de TJLP + 2,34%	8,42%
	Efeito anual no financiamento	3,04%
	Perda	4.080

13.10. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.11. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o CPC 06, “arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação”.

Em observância ao CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	Período de Depreciação	2021		2020	
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2045	166	(18)	148	142
		<u>166</u>	<u>(18)</u>	<u>148</u>	<u>142</u>

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Adoção Inicial	149
Amortizações	<u>(7)</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>142</u>
Adições	12
Amortizações	<u>(6)</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>148</u>

b) Arrendamentos a pagar:

	Circulante	Não	Total
		Circulante	
Saldo em 31/12/2019	<u>4</u>	<u>131</u>	<u>135</u>
Adição	-	36	36
Juros	-	16	16
Transferências	20	(20)	-
Amortizações	<u>(19)</u>	-	<u>(19)</u>
Saldo em 31/12/2020	<u>5</u>	<u>163</u>	<u>168</u>
Adição	-	12	12
Juros	-	18	18
Transferências	28	(28)	-
Amortizações	<u>(20)</u>	-	<u>(20)</u>
Saldo em 31/12/2021	<u>13</u>	<u>165</u>	<u>178</u>

c) PIS e COFINS a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras "a" e "b", são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Os contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, o CPC 06 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no exercício:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa de Arrendamento	349	345

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R\$ 102.901, é representado por 102.901 mil ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00.

b) Reservas de lucro:

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial de Lucros – no exercício de 2021, a Companhia constituiu reserva especial de lucros de R\$ 6.450 (R\$ 5.856 em 2020) referente ao resultado do exercício de 2021, em cumprimento ao disposto no seu Estatuto Social e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos firmado no Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES.

c) Distribuição de lucro:

A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos. A companhia apurou o lucro líquido de R\$ 13.578, sendo que R\$ 6.450 foi destinado a dividendos e o saldo remanescente será mantido na rubrica de reserva especial de lucros. Em 2021 a companhia pagou R\$ 13.947 de dividendos.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	13.578	12.328
Reserva legal	679	616
Reserva especial de lucros	6.450	5.856
Destinação de dividendos	6.449	5.856
	<u>13.578</u>	<u>12.328</u>

16. RECEITA

A conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício é como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita bruta		
Venda de energia	<u>41.831</u>	<u>40.331</u>
Dedução da Receita:		
Impostos sobre vendas	<u>(1.479)</u>	<u>(1.470)</u>
Receita líquida	<u><u>40.352</u></u>	<u><u>38.861</u></u>

17. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia da Camarade Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

18. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	18.760	17.885
Gerais e Administrativas	<u>1.564</u>	<u>1.295</u>
Total	<u><u>20.324</u></u>	<u><u>19.180</u></u>
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	8.653	7.955
Encargos Uso do Sistema e Produção	1.465	1.361
Arrendamentos	349	345
Depreciação	8.292	8.224
Despesa com Seguros	439	387
Despesa com Serviços Profissionais	400	422
Outras Despesas Administrativas	<u>726</u>	<u>486</u>
Total	<u><u>20.324</u></u>	<u><u>19.180</u></u>

19. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas aplicações financeiras	1.021	418
Receita de Juros	35	25
Receitas financeiras	<u>1.056</u>	<u>443</u>
Juros sobre a dívida	(5.648)	(6.098)
Desmobilização	(62)	(52)
Arrendamentos	(18)	(16)
Outros	(84)	(213)
Despesas financeiras	<u>(5.813)</u>	<u>(6.379)</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

20.1. Transações Comerciais

Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições estabelecidas no contrato firmado entre as partes, quais sejam, serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

	<u>Custos de Serviços Prestados</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Wobben Windpower Ltda	5.853	5.275
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	2.149	2.129
Elecnor do Brasil Ltda	356	322
Totais	<u>8.358</u>	<u>7.726</u>

	<u>Valores a pagar para partes relacionadas</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Fornecedores</u>		
Wobben Windpower	482	430
Elecnor do Brasil Ltda	28	25
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	225	208
Totais	<u>735</u>	<u>663</u>

20.2. Dividendos a pagar para Acionistas

	<u>Dividendos a pagar para Acionistas</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Acionistas</u>		
Rio Sul 1 Energia Ltda	5.159	4.684
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE - G	645	586
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	645	586
Totais	<u>6.449</u>	<u>5.856</u>

20.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/12/2021
Encargos de Transmissão	185
Arrendamentos	26
Wobben Windpower	335
Total	546

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.